

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Mar



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2734/2022



BAHIA

VIGILANTES APOSENTADOS, A REVISÃO DE TODA A VIDA

COMO A DECISÃO DO STF PODE LHE BENEFICIAR?



O Supremo Tribunal Federal – STF decidiu na semana passada o chamado Tema 1102, ação que obriga juízes e tribunais a observar o que foi decidido pela instancia maior da justiça. O Tribunal entendeu, por maioria (6x5) que os cálculos do chamado “salário do aposentado” devem levar em conta a remuneração de todo o seu tempo de labor, não somente de 1994 até a data da sua aposentadoria.

Para quem já se aposentou, o INSS considerou a média a partir de 1994. Mas se você trabalhou antes de 1994 e teve remuneração maior, o valor do seu “salário de aposentado” pode aumentar.

Para isto é necessário entrar com um

processo na Justiça Federal pedindo a revisão, devendo observar se ainda está no prazo de até 10 anos desde o seu primeiro salário de aposentado. Neste processo o aposentado pedirá a revisão do valor do salário, bem como as diferenças dos últimos 5 anos.

Nossos Advogados já estão estudando o assunto e nos próximos dias chamaremos os colegas para reuniões no Sindicato visando prestar mais esclarecimentos sobre o assunto e fortalecer a luta por direitos e justiça.

Fique ligado e fale conosco.

SINDVIGILANTES/BA

SEGURANÇA DE LINHARES É CLASSIFICADA PARA A GRANDE FINAL DO MISS BRASIL SEGURANÇA



A Segurança Patrimonial Bárbara Bobbio, moradora do bairro Movelar, em Linhares está classificada para a final do concurso Miss Brasil Segurança que acontecerá no dia 08 de março em São Paulo.

Bárbara que atua há um ano no setor de segurança privada concorreu com mais de 100 candidatas e agora é a representante oficial do

Espírito Santo neste concurso. A bela segurança já é a vencedora do Troféu Popularidade do concurso.

O Sindivigilantes assim como toda a categoria está na torcida por Bárbara Bobbio e desejam sorte! Que ela traga o troféu para o Espírito Santo.

Fonte: [sindivigilantes](#)

INSS retoma atendimento presencial sem agendamento

Os serviços estão sendo retomados gradualmente



O atendimento presencial nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sem necessidade de agendamento prévio, está sendo retomado gradualmente a partir deste mês. É o que determina uma portaria publicada hoje (2) no Diário Oficial da União (DOU).

Suspenso em 2020 em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19), o atendimento presencial nas agências do INSS começou a ser retomado ainda no final de 2020, mas somente mediante agendamento prévio.

Com a portaria desta quarta-feira, além dos

pedidos já agendados, as agências do INSS retomam também o chamado atendimento espontâneo, realizado na triagem, no autoatendimento orientado ou em guichê específico para informação ou orientação, sem necessidade de prévio agendamento. O retorno será feito de maneira gradual para evitar filas externas ou aglomerações no interior das agências.

Pela portaria, deverão retomar as atividades de orientação sobre benefícios e serviços previdenciários, bem como os atendimentos

por decisão judicial; para emissão de senha para acesso à plataforma Gov.br; para acesso aos serviços ofertados pelo autoatendimento orientado, nas unidades participantes do Projeto do Novo Modelo de Atendimento.

Em todos os casos, deve ser observada a prioridade de atendimento prevista em lei, garantida ao idoso maior de 80 anos de idade.

A portaria orienta ainda que, nos casos classificados como de “Atendimento Simplificado”, de baixa complexidade, e “Atendimento Específico”, de alta complexidade, deverá ser feito agendamento do serviço, por meio da Central 135 ou na própria agência.

O agendamento para atendimento simplificado será realizado para os casos de pensão especial vitalícia da pessoa portadora da síndrome da Talidomida; pensão mensal vitalícia do seringueiro e seus dependentes; pensão especial das vítimas de hemodiálise de Caruaru; bloqueio/desbloqueio de benefício para empréstimo consignado; alteração do local ou forma de pagamento; retificação de comunicação de acidente do trabalho; devolução de documentos; entre outros.

Já para os serviços de alta complexidade que não estão disponíveis nos canais remotos ou por meio de agendamento específico, o atendimento também poderá ser feito, excepcionalmente nas agências, nos casos de órgão mantenedor do benefício inválido impossibilitando a solicitação de serviços; tarefas concluídas com erros na inclusão de documentos ou relatórios, despacho conclusivo divergente da formatação no sistema de

benefício, encerramento da tarefa por erro de sistema; utilização de Número de Identificação do Trabalhador (NIT) de terceiro ou equívoco na atribuição do NIT do titular, dependente, instituidor ou representante legal; consulta à consignação administrativa; e solicitar a contestação de Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP).

O INSS lembra ainda que as agências poderão, mediante agendamento prévio, emitir extratos de empréstimo consignado; de pagamento de benefício/histórico de crédito (HISCRE) que comprova a renda do seu benefício; extrato de Imposto de Renda (IR); extrato Previdenciário; Carta de Concessão do Benefício, que informa a forma de cálculo do valor do seu benefício; e declaração de beneficiário do INSS. Os agendamentos de emissão de extrato deverão ser atendidos na triagem das agências.

Benefícios

Nesta quarta-feira, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retoma o pagamento dos benefícios para os segurados que recebem benefício de até um salário mínimo. Pelo calendário, será realizado o pagamento para quem tem 6 como o penúltimo número do benefício.

Para quem recebe acima de um salário mínimo, o pagamento do benefício terá início no dia 3 de março, para quem tem 1 e 6 como penúltimo número, e vai até 9, para quem tem 5 e 0 como penúltimos números. O prazo para saque dos benefícios com cartão vai até o final do mês seguinte.

Fonte: CUT

58% dos brasileiros querem que reforma Trabalhista de Temer seja revisada

Maioria já era contra reforma em 2018, mas acabou elegendo Congresso conservador



A maioria dos brasileiros (58%) quer uma revisão da reforma Trabalhista aprovada no governo do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), em 2017, que acabou com mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legalizou o bico. Apenas 27% se dizem favoráveis ao projeto.

Os números são de uma pesquisa feita pela Genial/Quaest e foram publicados pela Folha de S. Paulo. A legislação, alterada sob o pretexto de baratear o custo do trabalho para, desse modo, criar mais empregos, fracassou.

O Brasil fechou o ano de 2021 com 13,8 milhões de desempregados, maior estimativa da série histórica, iniciada em 2012. Esse número é 59% maior do que o registrado em 2015, último ano antes do impeachment. De lá para cá, o mundo do trabalho viu crescerem empregos precários, a subocupação e a informalidade. Enquanto isso, a renda média caiu e atingiu seu menor nível em uma década.

A pesquisa Genial/Quaest demonstra que os números da má gestão da economia já refletem diretamente na opinião pública. E a recente revisão da reforma trabalhista na Espanha reacendeu o debate no Brasil. Assim como

aqui, os espanhóis viram uma legislação que “flexibilizou” direitos fracassar na justificativa de criar empregos. A reforma aprovada em 2012 na Espanha acabou sendo revista, depois de passar por um longo processo de diálogo, envolvendo empresários, movimento sindical e governo. A nova lei trabalhista foi aprovada neste início de ano.

O ex-presidente Lula, favorito na eleição presidencial de 2 de outubro, já defendeu em entrevistas que o Brasil faça o mesmo. Ou seja, articular um processo de negociação que envolva governo, empresas e sindicalistas. Além disso, outra preocupação de Lula é compor uma aliança com amplos setores da política e da sociedade para assegurar governabilidade e uma maioria no Congresso.

Há quatro anos, as pesquisas já demonstravam que os brasileiros eram contrários à “reforma” trabalhista e às privatizações de empresas públicas. Entretanto, o Congresso eleito em 2018 é considerado um dos mais conservadores da história recente. E que acabou aprovando também a reforma da Previdência.

“O que precisaremos é repensar a legislação trabalhista”, disse o ex-ministro do Trabalho Luiz Marinho em entrevista recente à TVT. “Evidentemente, de forma pactuada, como ocorreu na Espanha. A partir da negociação entre governo, lideranças empresárias e lideranças trabalhistas. Para repactuar um processo de valorização do mercado de trabalho. Buscando, dessa forma, gerar empregos de qualidade”, acrescentou Marinho, que também presidiu a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Fonte: CUT

Lucro da Caixa evidencia sobrecarga e assédio moral

Resultado de 2021 divulgado pela direção do banco, de R\$ 17,3, foi anunciado em tom de comemoração, mas empregados sofrem a consequências



Na manhã desta quinta-feira (24), a direção da Caixa Econômica Federal divulgou os resultados de 2021, com um lucro líquido de R\$ 17,3 bilhões, comemorado pela diretoria da instituição, que não mencionou, porém, as consequências das decisões tomadas pela administração para chegar aos números publicados, sobretudo para a saúde dos empregados. O resultado foi 31,1% superior em relação a 2020. Segundo a Caixa, esse desempenho foi alcançado pelo aumento na margem financeira (15,3%), que ocorreu em especial pela alta nas receitas das operações de crédito (10,02%); pelas receitas de prestação de serviços e tarifas (1,7%) e pela

redução de 0,7% em despesas de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Apesar do elevado lucro apresentado, é importante notar que R\$ 7,2 bilhões (41,7% do valor) são de fontes não recorrentes e da venda de ativos rentáveis, como as ações do Banco Pan e da Caixa Seguridade. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido do banco (ROE) ficou em 16,9% com crescimento de 1,7 pontos percentuais (p.p.). Conforme Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora Comissão Executiva dos Empregados (CEE), “a contrapartida destes pagamentos bilionários antecipados que a Caixa recebeu, e que aumentaram bastante

seus resultados dos últimos anos, é o retorno do investimento para seus parceiros. Já para os empregados, a consequência é o crescimento das metas, a escalada da pressão por seu cumprimento e mais casos de ameaças e de assédio sobre os empregados”.

“A Tokio Marine, Icatu, VR, Fleetcor, CNP Assurances e Tempo não fizeram caridade ao antecipar, à Caixa, bilhões de reais. Por sua vez, a direção do banco espera que o empregado pague esta conta, e o faz aumentando as metas e a pressão, e piorando demais as condições de trabalho. Assim, na prática, a decisão da administração de Pedro Guimarães troca a saúde dos empregados pelo retorno financeiro prometido aos parceiros”, criticou o diretor-presidente da Associação do Pessoal da Caixa do Estado de São Paulo (APCEF/SP), Leonardo Quadros.

A carteira de crédito da instituição apresentou alta de 10,2% no ano, totalizando R\$ 867,6 bilhões. Nesse negócio, as operações com pessoas físicas cresceram 18,9%, com total de R\$ 107,6 bilhões. O segmento de pessoas jurídicas, por sua vez, teve crescimento de 10,2%, com operações totais de R\$ 79,4 bilhões. Esses dados mostram que as famílias tiveram que recorrer mais aos empréstimos para conseguir pagar suas contas, enquanto o financiamento para empresas, que indica o movimento das atividades econômicas, apresentou um crescimento menor. O crédito imobiliário cresceu 9,2% (R\$ 557,6 bi); o de saneamento e infraestrutura, 1,2% (R\$ 91,6 bi); e o rural, 113,6% (R\$ 16,5 bi). A inadimplência para atrasos superiores a 90 dias subiu 1,95%, alta de 0,22 p.p. em comparação com o ano anterior.

As receitas com prestação de serviços e tarifas aumentaram 1,69% no período e totalizaram R\$ 23,9 bilhões. Esse crescimento

se deu principalmente em serviços de governo, com operações de crédito e de seguros. Apenas com essas receitas secundárias, o banco cobriu 95,3% de todas as suas despesas de pessoal, incluída a PLR, que cresceram 2,7% e somaram R\$ 25,1 bilhões.

A Caixa encerrou 2021 com 86.004 empregados, assinalando um aumento de 4.059 postos de trabalho em doze meses. O número favorável, contudo, ocorreu em cumprimento à ordem judicial para convocação de aprovados em concurso de 2014, após importante atuação da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Mesmo com essa medida, o banco repõe apenas em parte seu quadro de empregados, que já foi de 100.677 em 2014. Também não foi honrada a promessa do presidente da Caixa, feita em julho de 2021, quando anunciou que iria “contratar 10.000 pessoas”. O número de agências se manteve estável, e foram abertos 109 postos de atendimento, 239 unidades Caixa Aqui e 366 casas lotéricas. No ano, a Caixa captou 369 mil de novos clientes.

“Continuamos vigilantes na defesa da Caixa 100% Pública, na defesa dos direitos e condições de trabalho dignas para os colegas. A Caixa é o que é graças ao seu corpo funcional, que é aguerrido e mesmo com uma direção que não o valoriza, continua entregando resultados não só para a Caixa, mas para toda a sociedade”, finalizou Fabiana Uehara Proscholdt, que além de coordenadora da CEE é secretária de Cultura da Contraf-CUT.

Fonte: ContrafCUT

Atacadas por Bolsonaro, mulheres conquistaram direitos com Lula e Dilma

Antecipando o 8M deste ano, deputada Gleisi Hoffmann destaca histórico de violência misógina do atual presidente, e lembra que mulheres estiveram no centro das políticas públicas nas gestões petistas



Durante a campanha de 2018, mulheres foram às ruas no movimento #EleNão contra a eleição de Bolsonaro

São Paulo – Em manifestação pela proximidade do Dia Internacional da Mulher, na próxima terça-feira (8), a presidenta do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), relembrou nesta quarta (2) os ataques misóginos em série que caracteriza a trajetória do presidente Jair Bolsonaro. Em contrapartida, a dirigente lembrou avanços sociais obtidos pelas mulheres durante os governos Lula e Dilma. Segundo ela, nesse período, as mulheres estiveram no centro das políticas públicas do Estado. As leis

Maria da Penha e do Femicídio e o Disque 180 – Central de Atendimento à Mulher foram algumas das conquistas destacadas.

Para Gleisi, o histórico de agressões de Bolsonaro contra as mulheres “não é novidade e acontece faz tempo”. Ela lembrou que, em 1998, ele esmurrou uma mulher e o caso foi parar na delegacia. Posteriormente, em 2014, o então deputado disse que contratar mulher não vale a pena, pois ela pode engravidar.

“Bolsonaro já defendeu que mulheres tenham

salário menor do que os homens alegando que o empregador sai perdendo porque a trabalhadora pode tirar licença maternidade. Quer mais misoginia que isso?”, tuitou Gleisi.

Por outro lado, ela lembrou que foi o PT que criou, em 2003, a Secretaria de Política para as Mulheres, com status de ministério. Além disso, as políticas públicas eram definidas em conferências nacionais, com participação popular. Dentre outras políticas prioritárias para o enfrentamento, Gleisi também destacou a Casa da Mulher Brasileira. Lembrou, ainda, que o SUS passou a realizar cirurgias reparadoras para mulheres vítimas de violência.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) também convoca para esta noite uma mobilização virtual intitulada “Pela Vida das Mulheres”, com a hashtag #8MFora Bolsonaro. Trata-se de um esquentado para as manifestações organizadas por coletivos feministas para marcar o Dia Internacional da Mulher.

Histórico de agressões

Com a finalidade de destacar a misoginia de Bolsonaro, o PT compilou várias agressões contra as mulheres pelo atual presidente. A lista contempla mais de 20 anos de episódios de flagrante machismo. Em 1998, por exemplo, durante campanha para deputado, ele deu um murro na cabeça de uma funcionária de uma empresa que prestava consultoria jurídica ao Exército.

Em outra ocasião, em 2011, Bolsonaro agrediu verbalmente a cantora Preta Gil, durante um programa de televisão. Ela perguntou o que ele faria se um dos seus filhos se apaixonasse por uma negra. “Ô, Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. E meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambiente como, lamentavelmente, é o teu”, respondeu.

No mesmo ano, Ana Cristina Valle, sua ex-mulher, acusou Bolsonaro de tê-la ameaçado de morte. A informação consta numa publicação diplomática da Embaixada do Brasil na Noruega, que queria saber porque ela havia se mudado para o país europeu com o filho, então adolescente, sem autorização expressa do pai. Foi quando ela revelou a ameaça. No

ano seguinte, Bolsonaro admitiu na televisão ter batido numa mulher. “Era garoto, uma menina forçou a barra para cima de mim”, tentou justificar o parlamentar, na ocasião.

Bolsonaro x Maria do Rosário

Em dezembro de 2014, Bolsonaro atacou a deputada Maria do Rosário (PT-RS), numa das cenas mais conhecidas e reveladoras de seu machismo. No Salão Verde da Câmara, área anexa ao plenário da Casa, ele disse que a parlamentar não “merecia” ser estuprada. Também a chamou de “vagabunda”. Em agosto de 2017, ele foi obrigado a pagar R\$ 10 mil de indenização à deputada por danos morais. Além disso, teve que se retratar na imprensa e nas redes sociais. Maria do Rosário doou o valor recebido a sete entidades de defesa dos direitos das mulheres.

Desigualdade salarial, “fraquejada” e mais

O material lembra também quando Bolsonaro, em entrevista ao o jornal Zero Hora, em 2014, defendeu a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Isso porque, em sua visão, elas engravidam e têm direito à licença maternidade. Em 2017, detratou a própria filha, ao dizer que ela tinha sido fruto de uma “fraquejada”, após uma sequência de quatro filhos homens.

Na campanha de 2018, tentou negar o histórico de ataques misóginos. Mas, ao tomar posse, tripudiou do fato de contar com apenas duas mulheres no seu ministério. Do mesmo modo, durante o governo, se notabiliza por seguidas agressões verbais a mulheres jornalistas. Além de tudo isso, já chegou a estimular o turismo sexual no Brasil.

Apesar de seu histórico grosseiro, que certamente será lembrado nos atos do próximo Dia Internacional da Mulher, mais recentemente disse não acreditar nas pesquisas que revelam elevada rejeição ao seu nome entre o eleitorado feminino. Confira a lista completa de ataques.

Fonte: RBA

Saiba como pedir revisão do FGTS e ter na conta um valor inesperado

Trabalhadores que têm ou tiveram dinheiro de FGTS em suas contas, precisam correr contra o tempo para garantir revisão das correções inflacionárias na Justiça



Trabalhadores devem correr contra o tempo para pedir revisão inflacionária de saldo de FGTS | Foto: Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgará a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) número 5090 que garantirá ao trabalhador que possui saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em nas contas a revisão das correções inflacionárias. Caso seja deferida, todos os trabalhadores que entraram na justiça antes do julgamento, poderão garantir o direito, ou seja, é preciso que correr contra o tempo.

Mensalmente, o trabalhador que possui carteira assinada, tem 8% do salário depositado em uma conta vinculada a Caixa Econômica Federal (CEF). Esse valor fica retido e funciona como uma espécie de “seguro”, podendo ser sacado somente quando acontece algum evento inesperado, como uma demissão sem justa causa, uma doença grave, uma calamidade pública (como foi no caso da pandemia da Covid-19) e em outros casos específicos, como na compra de um imóvel. Enquanto o saldo fica retido, ele deveria ser atualizado com as perdas inflacionárias anuais para que o trabalhador não seja lesado, pois mesmo ele estando retido em seu nome, ele não está “parado”.

Entenda melhor

O dinheiro retido em seu nome é utilizado pelo banco para empréstimos com juros altos e mesmo que virtualmente você consiga acompanhar seu dinheiro lá “parado” ou rendendo de alguma forma, ele está em constante movimento. Ou seja, se você não utiliza seu dinheiro, pois não há possibilidade dele ser sacado, ele está escorrendo pelas suas mãos com a perda da reposição inflacionária.

Isso acontece porque o poder de compra tem diminuído, ou seja, se hoje é depositado 8% do salário, daqui um ano esses 8% não terão o mesmo valor que atualmente. Como exemplo prático, basta ir ao supermercado e ver que os valores das mercadorias tem subido toda semana. Se você não pode usufruir do seu dinheiro hoje, no momento em que é depositado e, lá na frente quando você puder efetuar o saque, ele não terá o mesmo poder de compra. Ou seja, ainda que reservado como uma espécie de poupança segura, ele perde o valor absoluto com a não correção das perdas inflacionárias, a qual fechou em alta em 2021 com 10,06%.

O governo federal não faz a reposição inflacionária por livre e espontânea vontade. A rentabilidade do FGTS é de 3% ao ano sobre o valor depositado acrescentado pela Taxa Referencial, conhecida como TR. Essa taxa de juros é um indicador geral da economia brasileira, utilizada na hora de calcular rendimento de algumas aplicações financeiras, como exemplos, títulos públicos e poupança

Fonte: [Jornalopção](#)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF